

LAT

1124

INFOBILA

Edson Nery da Fonseca

ACERTOS  
E  
DESACERTOS  
DA  
BIBLIOTECONOMIA  
NO  
BRASIL

ALTA QUALIDADE  
COM O MELHOR PAPIER  
E TINTAS PARA IMPRESSÃO  
A LINGUAGEM DA BIBLIOTECA  
COM O MELHOR PAPIER  
E TINTAS PARA IMPRESSÃO  
A LINGUAGEM DA BIBLIOTECA

EDIÇÕES  
FLAMBOYANT

Copyright © Edson Nery da Fonseca  
Edições Flamboyant  
Capa e projeto gráfico: Luiz Arrais  
Retrato a lápis, do autor: Zenival Ferraz, 1993

No. Lat.	51829
No. Adq.	
No. Sist.	61-22
Tipo de Adq.	Doação
Fecha	14.05.2011

Fonseca, Edson Nery da, 1921 -

Acertos e desacertos da biblioteconomia no Brasil. - Recife: Edições Flamboyant, 1993.

21 p.

"Interpretação de Edson Nery da Fonseca": poema de Jaci Bezerra na 4ª capa.

I. Biblioteconomia - Brasil. I. Bezerra, Jaci, 1944 -

II. Título.

Edson Nery da Fonseca

ACERTOS  
E  
DESACERTOS  
DA  
BIBLIOTECONOMIA  
NO  
BRASIL

Conferência pronunciada na  
Fundação Joaquim Nabuco, Recife, em  
12 de março de 1993, por ocasião do  
dia do Bibliotecário.

Recife  
1993

INFOBILA

## Nota Editorial

O texto que estamos editando foi lido pelo autor no dia 12 de março de 1993, em sessão promovida pela Fundação Joaquim Nabuco para comemorar o Dia Nacional do Bibliotecário. Ao fim de uma carreira dedicada à organização de bibliotecas e ao ensino de biblioteconomia, dá-nos Edson Nery da Fonseca um depoimento de quem conhece a matéria com aquele saber "de experiência feito" a que se refere o poeta.

Edson Nery da Fonseca jamais se conformou com a posição dos bibliotecários *sentados* tão duramente caricaturados por Rimbaud. Esteve sempre em luta contra a rotina dos serviços e a obsolescência das normas, renovando bibliotecas como as da Faculdade de Direito do Recife e da Câmara dos Deputados em Brasília, ou colaborando na implantação de novos órgãos, como o Serviço de Bibliografia do antigo IBBD, a Biblioteca Central, o Departamento de Biblioteconomia e a Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da UnB.

Antes de tornar-se bibliotecário, o autor já se havia consagrado como escritor e crítico literário. De seu primeiro artigo, publicado no *Jornal do Commercio* do Recife de 18 de janeiro de 1942, observou Álvaro Lins que apresentava "uma segurança e uma lucidez" muito acima da idade do autor (cf. Álvaro Lins, *Literatura e vida literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 89).

Passando a colaborar no *Diário de Pernambuco*, Edson

Nery da Fonseca foi logo saudado pelo diretor do Jornal, o grande Aníbal Fernandes, com estas palavras de sua crônica diária "Cousas da Cidade": "Ele tem todos os dons do bom estilo, escreve com a precisão e concisão dos mestres" (cf. Aníbal Fernandes, "O escritor Edson Nery da Fonseca", *Diário de Pernambuco* de 10 de janeiro de 1946).

Ainda nos anos 40, Edson Nery da Fonseca colaborou no *Jornal Pequeno* e nas revistas *Região* e *Estudantes*. E em 1950 conquistava o primeiro lugar num concurso nacional de crítica literária, com um ensaio sobre João Cabral de Melo Neto (cf. "Um poeta puro", *Jornal de Letras*, Rio de Janeiro, ano 2, nº 12, junho de 1950, p. 1).

Edson Nery da Fonseca escreve bem, mas nunca foi um beletриста. Tem horror de academias, institutos e conselhos. Como Capistrano de Abreu, só admite pertencer à agremiação do gênero humano, onde se ingressa sem consulta prévia. Seu estilo está sempre a serviço de uma causa, alongando-se esta da biblioteconomia à documentação, tanto quanto à literatura e à religião.

É um pesquisador a quem devemos interessantes revelações sobre o memorialismo no Brasil (assunto a respeito do qual publicou nota prévia a ser brevemente expandida em livro), fortuna crítica de Gilberto Freyre, religiosidade e conceitos de tempo em Manuel Bandeira, Luís Jardim no Recife, bibliotecas e bibliotecários da província, obras de referência pernambucanas, Ramiz Galvão como bibliotecário e bibliógrafo.

Louvando, há mais de quarenta anos, o que chamou de "ressurreição" da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, escreveu Gilberto Freyre que Edson Nery da Fonseca "cuida dos livros sem esquecer-se de que os livros devem existir para os homens" (cf. Gilberto Freyre, "Ressurreição de uma biblioteca", *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1 de março de 1952, p. 10). Esse relacionamento amoroso entre o autor e o livro foi admiravelmente interpretado por Jaci Bezerra no poema que reproduzimos na quarta capa do presente opúsculo.



**S**empre me pareceu ridícula a comemoração de semanas do livro e dias do bibliotecário num país em que livros e bibliotecas são tratados com indisfarçável desprezo pelos governos; em que uma biblioteca inteira foi vendida a uma fábrica de papel higiênico; em que a direção de bibliotecas é exercida por sinecuristas, preocupados menos em servi-las do que em delas se servirem para ingresso em academias e outros órgãos decorativos.

Se concordei em falar em mais um dia nacional do bibliotecário foi por ver nesta comemoração, menos um pretexto para frases bonitas mas inócuas, do que uma oportunidade para analisar a biblioteconomia brasileira com realismo e espírito crítico. Por acreditar que a Fundação Joaquim Nabuco permanece fiel a seu criador, que lutou, desde jovem, pelo que chamou "menos doutrina e mais análise", isto é, menos generalizações enfáticas e mais estudo, menos retórica e mais exame crítico das estruturas sociais. E tal filosofia não se coaduna com solenidades nas quais se manifesta uma languidez bibliofílica e um ufanismo bibliotecário de todo superados: a languidez caracterizada por frases como "o livro é o melhor amigo do homem" e o ufanismo dos que ainda pensam que "abrir bibliotecas é fechar prisões".

Lí, ainda recentemente, um artigo de certo muito bem intencionado, mas repleto dessas frases típicas do que Rubens

Borba de Moraes chamava "mentalidade humanitarista": mentalidade que parecia ultrapassada, após a hilariante história do **gangster** que preparava seus assaltos na biblioteca pública.<sup>1</sup> Numa época em que as fontes financiadoras, com toda a razão, só levam em conta projetos elaborados na linguagem fria e objetiva dos planos a curto, médio e longo prazos, a retórica bibliofílica e o humanitarismo bibliotecário só fazem retardar o reconhecimento da biblioteconomia como força social.

O reconhecimento já tem mais de meio século, sendo significativa a circunstância de o devermos não a um bibliotecário - que estaria puxando a brasa para a sua sardinha - e sim a um filósofo. É evidente que estou me referindo a Ortega y Gasset e seu ensaio-conferência de 1935 **Misión del Bibliotecário**<sup>2</sup>. Vou contar, a propósito, um episódio ocorrido na Universidade de Brasília.

No **Plano Orientador** da UnB, datado de 1962, estava prevista uma Faculdade de Biblioteconomia para formar bibliotecários especializados em 5 áreas do conhecimento: Ciências Exatas, Ciências Biológicas, Geo-ciências, Ciências Sociais e Letras<sup>3</sup>. Ao tratar dos órgãos complementares, diz o **Plano Orientador**: "na Biblioteca Central funcionará a Faculdade de Biblioteconomia, montada para receber alunos bacharelados pelos Institutos Centrais e especializá-los na biblioteconomia e documentação nos respectivos campos de especialidades<sup>4</sup>. Era a primeira tentativa, em nosso país, de formar bibliotecários a nível de pós-graduação.

É notável que já no início dos anos 60 os planejadores da Universidade de Brasília tenham reconhecido o que Jesse Shera proclamaria em obra de 1976, isto é: "cursos de graduação, de extensão e por correspondência em biblioteconomia devem ser evitados como praga"<sup>5</sup>. Infelizmente, como disse T.S. Eliot em versos inesquecíveis, "Between the idea / And the reality. / Between the motion / And the act / Falls the shadow" (**The Hollow Men**, V). Caiu a sombra sobre a formação de bibliotecários especializados porque não era possível reunir em

Brasília a massa crítica indispensável a um adequado programa de pós-graduação em qualquer área. Chegamos a fazer uma experiência a nível de pós-graduação **latu sensu**, tendo-se criado, para isso, uma efêmera Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica, denominação proposta, como se sabe, por A. I. Mikhailov e outros autores russos e consagrada na época, antes que se generalizasse em todo o mundo o nome Ciência da Informação<sup>5-A</sup>.

Para obter o reconhecimento de seus cursos, a Universidade de Brasília teve de elaborar um Regimento Geral e submetê-lo ao Conselho Federal de Educação. As 6 Faculdades previstas no **Plano Orientador** foram reduzidas a 4 - Ciências da Saúde, Tecnologia, Educação e Estudos Sociais Aplicados, compreendendo a última os Departamentos de Administração, Biblioteconomia, Ciência Política e Direito<sup>6</sup>. Como primeiro diretor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, cabia-me esclarecer os professores de seus 4 departamentos sobre a intenção do legislador, ao reunir campos do conhecimento aparentemente desconexos: reunião considerada por alguns como artificial e injustificável. Fui conversar com o autor do Regimento Geral, meu velho amigo Valnir Chagas, dele ouvindo que os 4 departamentos tinham um ponto muito importante em comum: todos se destinavam a formar futuros detentores das forças sociais. Era a nova universidade brasileira incorporando idéias de Ortega y Gasset. O reconhecimento da biblioteconomia como força social tão importante quanto a Administração, a Política e o Direito seria posteriormente consagrado por autores como o psicólogo social francês Abraham Moles<sup>7</sup> e o físico inglês John Ziman<sup>8</sup>. Não nos esqueçamos, porém, desse pioneirismo da Universidade de Brasília.

Existem muitos exemplos comprobatórios dessa força social da biblioteconomia. Para não remontar às bibliotecas da antiguidade, vou referir-me a um episódio relatado pelo professor Levin L. Schükling, da Universidade de Erlangen, em sua conhecida obra sobre a sociologia da formação do gosto literário,

cuja edição original é de 1931. Recorda o professor Schüking que as bibliotecas circulantes da Inglaterra deixaram de adquirir romances muito extensos, como os de Thackeray e Dickens, fazendo com que o número dessas obras diminuísse de 184 em 1894 para apenas 4 em 1897<sup>9</sup>. Outro episódio citado pelo mesmo autor é o retardamento da ficção naturalista na Inglaterra, determinado pelo preconceito moralista do diretor de "famosa biblioteca circulante"<sup>10</sup>.

O caso do romance **As Vinhas da Ira**, de John Steinbeck, também deve ser lembrado. Nele o romancista denunciou a miserável exploração do trabalhador rural nos Estados Unidos. Publicada em 1939, a obra de John Steinbeck teve repercussão comparável à do **Uncle Tom's Cabin**, com uma diferença expressiva: em vez de contribuir, de modo fulminante para a extinção de uma tremenda injustiça social, como ocorreu com o romance de Harriet Beecher-Stowe, **As Vinhas da Ira** desencadearam uma onda nacional de censura. Contra tal farisaísmo, logo se manifestou a American Library Association, adotando no mesmo ano de publicação do romance a **Library Bill of Rights**. Nos anos 50, nova onda de farisaísmo político percorreu a nação norte-americana: dessa vez, contra o direito que têm as bibliotecas de colecionar obras consideradas subversivas, em nome de um desvairado anticomunismo. E novamente a American Library Association saiu em defesa do direito que tem o cidadão de escolher suas leituras<sup>11</sup>.

Infelizmente, a biblioteconomia brasileira raramente se mobiliza na defesa de causas como as aqui evocadas. Quando, nos anos 50, tive a honra de presidir a Associação Brasileira de Bibliotecários, fiz com que ela se juntasse ao movimento de opinião nacional em defesa do insigne educador Anísio Teixeira, gratuitamente acusado de comunista por parte do clero mais reacionário deste país. Que fazem, hoje, as associações de bibliotecários? Não me consta que tenham feito sequer um manifesto em defesa da biblioteca do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais. Esta é uma história que muito

me dêi, porque fui um dos consultores do Centro, durante sua implantação, sob os cuidados da Unesco, do Itamarati e do sociólogo Manuel Diégues Júnior. A coleção de periódicos de interesse para as ciências sociais era uma das mais ricas do mundo. Pois foi tudo vendido a uma fábrica de papel higiênico, para pagamento judicial de salários atrasados!

Também se omitiram os bibliotecários em relação ao Catálogo Coletivo do IBBD. Tenho o maior apreço por esse órgão do CNPq, - que ajudei a implantar, como primeiro diretor do Serviço de Bibliografia e redator de seu **Boletim Informativo** - tanto quanto por seu sucessor, o IBICT. Mas considero o fim ignóbil do Catálogo Coletivo, com suas fichas apodrecendo num galpão de São Cristóvão, como um crime para o qual a biblioteconomia brasileira contribuiu por indesculpável omissão.

Brasília foi outra oportunidade perdida pela biblioteconomia brasileira para afirmar-se como força social. Na memória do **Plano Piloto**, Lúcio Costa fala, vagamente, de uma biblioteca no setor cultural da cidade<sup>12</sup>. Perguntei uma vez ao genial urbanista e arquiteto porque as unidades de vizinhança tinham tudo - escolas, clubes, igrejas, ruas de comércio local, cinemas, bancas de revistas, postos de gasolina, supermercados - menos bibliotecas. Ele me confessou que se esquecera "porque esse negócio de biblioteca popular nunca funcionou no Brasil".

A mudança da capital era um desafio para que não se repetisse em Brasília um dos grandes erros da ditadura Vargas, que foi a instalação dos Ministérios na Esplanada do Castelo, cada um com sua biblioteca, sendo que o edifício do Ministério da Fazenda abrigava três: a do próprio Ministério, a do DASP e a do Tribunal de Contas da União. Convenhamos que três bibliotecas num só edifício, por maior que ele seja, é algo que clama aos céus, pelo que implica em dilapidação de recursos financeiros: problema nacional que não incomodava as diretoras das bibliotecas, preocupadas apenas com a manutenção dos interesses criados em torno de seus cargos. Clamei, em artigos de

jornal, pela realização de um inquérito que evitasse a repetição, em Brasília, de tão onerosas duplicações. A **Bibliografia Brasileira de Documentação** aí está como testemunha silenciosa de que o meu clamor foi como o do Batista: **vox clamantis in deserto**<sup>13</sup>.

Só na praça dos Três Poderes existem seis bibliotecas. Tentamos unificar as do Congresso Nacional, seguindo, **mutatis mutandis**, o exemplo da capital dos Estados Unidos. A mesa da Câmara dos Deputados, quando presidida por descendente igualmente ilustre do Patriarca da Independência - o insigne Deputado pela UDN de Minas Gerais, José Bonifácio Lafaiete de Andrada - chegou a aprovar um Decreto Legislativo que criava a Biblioteca do Congresso: projeto recusado pelo Senado Federal, porque a unificação atingia também seu intocável Centro Gráfico.

O Poder Executivo não tem autoridade moral para criticar o Congresso Nacional porque mantém duas bibliotecas no Palácio do Planalto: a da Presidência da República e a da Consultoria Geral da República. As bibliotecas do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União completam o número 6. São, todas elas, bibliotecas palacianas, com muito mármore e madeira-de-lei, reposteiros e poltronas estofadas, ar condicionado e música ambiental, para uso exclusivo de alguns privilegiados na cidade-campeã de privilégios que é Brasília!

Em chocante contraste com as bibliotecas palacianas de Brasília, existem pelo interior do Brasil bibliotecas municipais miseravelmente guarnecidas tanto em coleções como no mobiliário. Foram, entretanto, encaixotados os acervos bibliográficos de órgãos extintos pelo Governo Collor. Todos sabemos que o destino de livros encaixotados é servir de pasto aos insetos bibliófagos. Que fazem os bibliotecários de Brasília diante de tais calamidades? Quando ainda estudantes, deixam-se motivar por alguns professores mais idealistas e se engajam em projetos comunitários. Depois de formados, ingressam na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal e se acomodam. Há tempos, Carlos Drummond de Andrade escreveu um poema sobre

**Os Inocentes do Leblon**, que ignoravam tudo porque "a areia é quente, e há um óleo suave / que eles passam nas costas, e esquecem". Podemos agora falar dos Inocentes de Brasília, onde a mordomia atua como fator alienante.

Recordo, ainda com relação a Brasília, uma iniciativa que redimiria os erros de ação e omissão cometidos na Capital da República, mas terminou, infelizmente, aumentando minha já vasta coleção de desapontamentos. Meu querido mestre Fidelino de Figueiredo escreveu uma obra cujo título é **Um colecionador de angústias**. Ao ultrapassar 70 anos de idade e me aproximar dos 50 de bibliotecário, considero-me um colecionador de desapontamentos profissionais.

Em 10 de fevereiro de 1980, foi instituída por Decreto do Presidente José Sarney uma comissão especial com o objetivo de promover estudos e propor medidas para implantação e funcionamento de um Conjunto Cultural em Brasília: comissão presidida pelo Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, secretariada por um dos assessores especiais do presidente - poeta e artista plástico Virgílio Costa - e da qual faziam parte, entre outras personalidades, os ministros da Justiça, Cultura e Ciência e Tecnologia, os arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, o paisagista Roberto Burle-Marx, o museólogo Pietro Maria Bardi e os escritores Jorge Amado, Francisco de Assis Barbosa e Antonio Houaiss<sup>14</sup>.

A concepção do Conjunto Cultural originou-se exatamente naquele trecho do Plano Piloto de Brasília já referido: o que fala, vagamente, "da biblioteca", sem especificar sua categoria. Trata-se da parte do item nº 9, relativa ao setor cultural da cidade, que deveria ser, nas palavras de Lúcio Costa, "tratado à maneira de parque para melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos, etc."

A comissão especial definiu o que há de naturalmente vago no relatório do Plano Piloto, ouvindo, além de arquivistas, bibliotecários e museólogos, as maiores expressões das ciências, das letras e das artes em nosso país. O Conjunto Cultural

compreenderia o Arquivo Nacional, a Biblioteca Brasileira, o Museu do Brasil - integrados de modo a evitar a duplicação de serviços-meios de preservação, restauro, processamento técnico, informática, etc. - um órgão de alta cultura logo batizado como Colégio do Brasil, com espaços adequados para reuniões e solenidades de entrega anual dos grandes prêmios nacionais de ciências, letras e artes.

De acordo com suas atribuições legais, o Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (CAUMA) do Governo do Distrito Federal decidiu que os terrenos - ainda hoje baldios - com os quais se inicia a Esplanada dos Ministérios são privativos do Conjunto Cultural. Lúcio Costa exultou com a possibilidade de transformação daquelas áreas em bosques, para a ambientação que imaginara no relatório do Plano Piloto; chegou a desenhar esboços e até a indicar algumas árvores.

A Fundação Banco do Brasil recebera ordem do Presidente da República para financiar os projetos de engenharia, urbanização e arquitetura. Acordos de cooperação foram firmados pela comissão especial com a Unesco, a Universidade das Nações Unidas e a Smithsonian Institution. Esta benemérita entidade norte-americana mandou logo a Brasília um de seus diretores, com uma carta em que exaltava o adequado planejamento do Conjunto Cultural, que tinha algo do **mall** ocupado em Washington por seus museus. Escritores brasileiros reunidos em Brasília num Simpósio Internacional sobre a Criatividade Universal das Literaturas da América Latina e do Caribe subscreveram um manifesto de apoio ao projeto do Conjunto Cultural, "por suas características interdisciplinares e interinstitucionais, voltadas para a referenciação de acervos, em espírito de plena colaboração com instituições já existentes, contribuindo para a documentação e integração cultural das diferentes expressões ecológicas nacionais". O manifesto foi também subscrito pelo então diretor-geral da Unesco, Amadou-Mahtar M'Bow.

Esta breve síntese mostra que o Conjunto Cultural de

Brasília parecia ter chegado ao que se chama, em aeronáutica, **point of no return**. Só que o Conjunto Cultural não conseguiu decolar. A mediocridade, a inveja, a burocracia sepultaram um projeto que tinha tudo para dar certo. E vou dizer porque, com a consciência de estar prestando um depoimento para a posteridade.

O Ministro da Cultura era contra porque tudo fora projetado à sua revelia. O Arquivo Nacional parecia aderir, mas procurava, à socapa, construir sua sede em Brasília independente do Conjunto. A Biblioteca Nacional e o Museu Nacional temiam que o Conjunto Cultural lhes roubasse atribuições e verbas. As viúvas da Capital da República insuflavam os jornais cariocas contra uma suposta dilapidação cultural do Rio de Janeiro. O CNPq criava dificuldades burocráticas para não aplicar a verba já alocada pela Fundação Banco do Brasil com vistas à execução dos projetos de engenharia, urbanismo e arquitetura. Para completar a conjuração, arquitetos do Distrito Federal, encastelados em suas corporações profissionais, exigiam concursos públicos que lhes permitissem substituir com projetos medíocres as belíssimas e ousadas concepções de Oscar Niemeyer, gênio que consideram ultrapassado.

Os bibliotecários, como os museólogos e os arquivistas chamados a opinar sobre o projeto, ficaram, como diz o povo, "na moita". Ou na praia, como os "Inocentes do Leblon" de Carlos Drummond de Andrade: Brasília - escreveu Clarice Lispector - "é uma praia sem mar". Omitiram-se! E o pecado de omissão é muito grave, como disse o Padre Antonio Vieira no Sermão da Primeira Domingo do Advento:

"Sabei, cristãos, sabeis, príncipes, sabeis, ministros, que se vos há de pedir estreita conta do que fizestes; mas muito mais estreita do que deixastes de fazer. Pelo que fizeram, se não de condenar muitos, pelo que não fizeram, todos".

Reconheço que o assunto escolhido é amplo demais para ser esgotado nos limites de uma conferência, principalmente para

os que acreditam que ninguém é interessante depois de 40 minutos. Falei de episódios dos quais participei e que me fazem chegar à aposentadoria sem aquela "justa recompensa" de que falava São Paulo em carta a Timóteo ( 2 Tim. 4, 7): recompensa que, no caso, seria, no chamado "outono da vida", olhar com orgulho e não com vergonha para a Biblioteca Nacional de meu país, tanto quanto para bibliotecas públicas que fossem mais do que melancólicas e bolorentas repartições federais, estaduais e municipais. O grande mal das bibliotecas brasileiras, como disse, há meio século, Rubens Borba de Moraes, é serem governamentais, sendo a palavra governo, no Brasil, sinônima de ineficiência e corrupção.

Como sigo na vida o "pessimismo viril" e o "realismo esperançoso" do marquês de Vauvenargues, vou concluir com uma palavra de esperança aos que começam a carreira de bibliotecário. É uma forma de voltar a Gilberto Freyre, cujo espírito analítico e crítico invocamos no começo. Porque ele estava sempre disposto a recomeçar, nunca se deixando vencer pela amargura e pelas decepções. Tinha, como observou Julián Marías, a vocação da felicidade.

A esperança com que aceno aos bibliotecários é a de lutarem pela desburocratização das bibliotecas. Não é mais admissível que, a cada período governamental, continuem os cargos de direção da Biblioteca Nacional e das bibliotecas estaduais disputados por apaniguados dos presidentes e dos governadores. Os diretores devem ser escolhidos, como na Espanha, mediante concursos de títulos e provas nas quais defendam programas a serem executados a longo prazo. Fica a proposta - lembrando Geraldo Vandré - para não dizerem que não falei de flores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<sup>1</sup>MORAES, Rubens Borba de. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943, p.30-31.

<sup>2</sup>ORTEGA Y GASSET, José. **Misión del bibliotecario y otros ensayos afines**. Madrid: Revista de Occidente, 1962. Publicado inicialmente na **Revista de Occidente** de maio de 1935, foi reproduzido nas **Actas y trabajos del II Congreso Internacional de Bibliotecas y Bibliografía** (Madrid: Librería de Julián Barbazán, s.d., p.100-122) e nas **Obras completas** do autor (Madrid: Espasa-Calpe, 1943, v.2, p.1297-1322).

<sup>3</sup>**Plano orientador da Universidade de Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1962, p. (não numeradas) 25-27.

<sup>4</sup>Op. cit., p. (não numerada) 28.

<sup>5</sup>SHERA, Jesse H. **Introduction to library science**. Littleton, Col.: Libraries Unlimited, 1976, p. 155. No original: "Undergraduate, extension, and correspondence courses in librarianship should be avoided as the plague".

<sup>6</sup>ALÓPEZ YEPES, José. **Teoría de la documentación**. Pamplona: Universidad de Navarra, 1978, p. 184-187. Ver também: George E. Bennett, **Librarians in search of science and identity: the elusive profession**. Metuchen, NJ: Scarecrow, 1988, p. 54.

<sup>6</sup>**Estatuto e Regimento geral da Universidade de Brasília**. Brasília, 1976, p. 9 (Art.5º).

<sup>7</sup>MOLES, Abraham A. **Sociodinâmica da cultura**. Trad. de Mauro W.

Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva e Editora da USP, 1974, p. 289 et passim. Ed. original de 1967.

<sup>8</sup>ZIMAN, John. **The force of knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

<sup>9</sup>SCHUKING, Levin. L. **El gusto literario**. Traducción de ; Margit Frenk Alatorre, 1950, p.79.

<sup>10</sup>SCHUKING, Levin L. **Op. cit.**, p.80.

<sup>11</sup>OBOLER, Eli M. "Censorship and intellectual freedom". In: **Ala World encyclopedia of library and information services**. Chicago: American Library Association, 1980, p. 124-127 (o caso Steinbeck é referido à p. 126).

<sup>12</sup>COSTA, Lúcio. "Plano piloto de Brasília". Em seu: **Sobre arquitetura**. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962, v.1 p. 264-281. Pode ser consultado ainda em **Arquitetura e Engenharia** (Belo Horizonte) 44: 8-12, mar./abr. 1957; **Módulo** (Rio de Janeiro) 8: 32-38, jul. 1957 e 18: 53-57, jun. 1960; **Acrópole** (São Paulo) 256/257: 55-63, fev./mar. 1960. Vide item 9 do texto de Lúcio Costa.

<sup>13</sup>**Bibliografia Brasileira de Documentação**, v. 2 (1960/70). Rio de Janeiro: IBBD, 1972.

<sup>14</sup>Exposição de motivos, decretos e outros textos sobre o Conjunto Cultural podem ser lidos na revista **Brasília** (Governo do Distrito Federal) nova fase, nº 82, abr/jun. 1988.

## INTERPRETAÇÃO DE EDSON NERY DA FONSECA

Em qualquer livro fala  
o que no homem é alma.

A edição não importa,  
no livro o que importa

é a alma nele impressa  
e que, íntima e sem pressa,

ao abrir as janelas  
toda inteira se entrega

a outra alma, e conversa  
devagar e sem pressa.

Um livro, qualquer livro,  
mais que o homem, é vivo.

Objeto mais forte  
do que o tempo e a morte.

Coração do que foi,  
é o ontem e o depois

batendo, delicados,  
seja aberto ou fechado.

Onde quer que se ponha,  
um livro pensa e sonha.

Não importa o lugar,  
se o refúgio de um bar

ou a paisagem quieta  
de uma biblioteca,

quem abre um livro, abre  
o que é alma e arde.

A vida sem reboco,  
isenta do que é corpo

A vida que não passa  
e repudia a traça

Um livro, quando lido,  
é um homem definido.

Mundo que se desvenda  
sem correção e emenda.

A vida sem rasuras,  
pequena, grande, pura

e, às vezes, maldita,  
o que foi alma e é escrita.

Um livro não tem sexo  
objeto complexo

toda vida encaderna,  
inútil seja ou eterna.

Duro e árido garimpo  
do homem passado a limpo,

um livro publicado  
é um homem revelado.

Tudo que sobrevive  
no que no homem é livre

Corpo do tempo, grifo  
do que na carne é espírito.

*Jaci Bezerra  
Recife, 1993*